

REGIONALIDADE EM SIMÕES LOPES NETO: FORTUNA CRÍTICA

Geneviève Faé
Mestranda em Letras, Cultura e Regionalidade – Universidade de Caxias do Sul
Bolsista Capes

Resumo: Este artigo analisa as relações de regionalidade na obra *Contos gauchescos* (1912), do escritor gaúcho João Simões Lopes Neto (1865-1916). Além da abordagem dos aspectos regionais no texto literário, são confrontadas as noções de regionalismo e regionalidade nos estudos de José Clemente Pozenato, Flávio Loureiro Chaves, Augusto Meyer e Lúcia Miguel-Pereira, verdadeiras referências para a compreensão da obra simoniana. Por fim, discute-se a classificação recorrente de tal obra como “regionalista” e a posição destes e de outros autores acerca da questão, partindo da regionalidade como categoria de análise mais abrangente para se pensar a crítica desta e de outras obras assentadas em temáticas regionais.

Palavras-chave: Literatura sul-rio-grandense. João Simões Lopes Neto – *Contos gauchescos*. Regionalismo literário brasileiro.

Abstract: This article analyses the relationships of regionality in *Contos gauchescos* (1912), by João Simões Lopes Neto (1865-1916). Beyond the approach of the regional aspects in the literary text, the notions of regionalism and regionality are confronted on the theoretical contributions of José Clemente Pozenato, Flávio Loureiro Chaves, Augusto Meyer and Lúcia Miguel-Pereira, who are truthful references to the understanding of Simões Lopes Neto's works. Also, the recurrent classification of the mentioned work as regional and the position of these and others authors concerning this issue is discussed in this study, having the regionality as a starting point as a more open and flexible category of analysis.

Keywords: Sul-rio-grandense Literature. João Simões Lopes Neto – *Contos gauchescos*. Brazilian Literary Regionalism.

El patio de mi casa es particular; cuando llueve se moja como los demás.

(Brocado espanhol)

No clássico ensaio *O regional e o universal na literatura gaúcha*, Pozenato (1974, p. 15) problematiza a questão do regionalismo na literatura rio-grandense à luz do conceito de regionalidade, estabelecendo importante distinção: “Chamar-se-á pois regionalismo aquela representação do regional que obedece a um programa, a uma vontade de fazer, a um projeto elaborado segundo as convenções e a ideologia do que se pode denominar

um movimento literário”. Em contrapartida, “O critério de regionalidade deve pois abarcar tudo aquilo que traz a marca do *regional* como uma forma do particular. [...] a regionalidade está na representação de um universo regional, feita segundo um modo de ser regional” (POZENATO, 1974, p. 20). Dessa maneira, fica clara a dimensão de análise que o conceito de regionalidade permite, ao indicar as marcas de uma região, contrariamente à visão reducionista, implicada no termo regionalismo.

Este trabalho visa apontar a configuração da regionalidade na obra de João Simões Lopes Neto (1865-1916), especificamente nos *Contos gauchescos* (1912). Para tanto, é preciso observar a fortuna crítica acerca da obra simoniana, que abarca José Clemente Pozenato, Flávio Loureiro Chaves, Augusto Meyer e Lúcia Miguel-Pereira, verdadeiras referências para esse estudo literário. Outras vozes, como a de Antonio Candido, aparecerão em contraste ou em contribuição. Ademais, pretende-se localizar o lugar de Simões na história da literatura do Rio Grande do Sul, sobretudo no que tange à chamada vertente regionalista, a partir da crítica supracitada, a qual se debruçou mais detalhadamente sobre a obra do autor em questão, que ultrapassou fronteiras regionais e inclusive nacionais.

Parece adequar-se claramente à obra simoniana a consideração de Pozenato (1974, p. 16): “regionalismo não implica a realização de uma obra de valor apenas regional”. Conforme o autor, quando a realidade local é representada fora de um projeto estético e/ou ideológico, a obra literária aborda relações de regionalidade. E é exatamente nesse patamar que se coloca Simões Lopes Neto, ao “realizar a regionalidade em seu sentido mais cabal: como uma metonímia da universalidade” (POZENATO, 1974, p. 55). Nesse sentido, o regional deve ser concebido como uma forma de particularidade, assim como o individual e o nacional. “Por uma dialética interna à obra, aquilo que, no ponto de partida, é particular, atinge um valor de universalidade, caráter que se costuma atribuir às obras literárias que realizam os objetivos da arte” (POZENATO, 1974, p. 22).

O autor orienta a leitura de *Contos gauchescos* (1912) para além de qualquer classificação em *ismos*. Ele ainda ressalta que só se tem acesso à realidade desses contos pela visão de mundo do narrador Blau Nunes. Essa responsabilidade atribuída ao narrador permite-lhe depor sobre uma realidade que ele, após 88 anos vividos, conhece bem, o que instaura um clima verossímil durante toda a obra.

Entretanto, dizer que se faz presente a ideia de região não significa classificar a obra dentro do regionalismo no sentido mais usual do termo. Portanto, mais adequado localizar a obra num contexto de regionalidade, um pano de fundo para o enfoque da condição humana. Pozenato (2003, p. 59) esclarece essa questão:

Ao menos no campo da literatura brasileira, o conceito de regionalismo tem sido utilizado para identificar e descrever todas as relações do fato literário com uma dada região. Penso que esse significado deva ser reservado para o conceito de regionalidade. O regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço – simbólico, bem-entendido – com base no critério da exclusão, ou, pelo menos, da exclusividade. Esse critério se manifesta, no caso da produção literária, pelo uso de um dialeto, quando não de uma língua, de estrita circulação interna.

Para melhor compreensão do conceito, é preciso primeiramente atentar para as representações de uma determinada realidade regional identificáveis na obra literária. De maneira sucinta, é via temática, estilo de vida, tipo social, linguagem e contextualização do espaço e do tempo que se constrói a noção de região. Esse conceito, abordado por diversas ciências, no campo da literatura deve ser entendido como algo que depende da representação, não do espaço geográfico. Assim, retomando o sociólogo Pierre Bourdieu, região se constrói através do discurso.

Quanto ao tema que fundamenta a obra, a descrição da vida no pampa se faz presente, porém as narrativas vão muito além de um mero relato costumbrista. Há relatos de história, seja em referência à Guerra dos Farrapos ou à vida do narrador, que recupera a fundação mítica do Rio Grande do Sul, cujo herói civilizador repousa na figura do gaúcho. Ademais, aparece a curiosa relação homem e animal, muito explorada depois por João Guimarães Rosa, numa verdadeira tensão entre animalização do homem e humanização do animal. No entanto, todo esse enfoque desembocaria em uma história regionalista, já que presa ao recorte espaço-temporal. Chaves (1982) relembra, então, que o verdadeiro mote dos contos é a situação-limite, trazendo à tona a dimensão humana e, portanto, nas palavras do autor, universal.

O estilo de vida do gaúcho fica mais que evidente, já que a *práxis* e o *ethos*, como aborda Pozenato (2009), servem de parâmetro para Blau ao julgar o caráter e as ações

das personagens. Aquelas que não possuem valores ou não compartilham os costumes desse tipo social são recriminadas, como se pode ver na ridicularização do português que casaria do Talapa, em “Melancia Coco Verde”: “era mesmo uma pena, lhe digo...casar uma brasileira mimosa com um pé-de-chumbo, como aquele desgraçado daquele ilhéu...” (LOPES NETO, 2001, p. 74). Dessa forma, há a fixação de uma identidade cultural regional claramente definida, carregada de machismo, perseverança, lealdade, virilidade, diligência e astúcia. Woodward (2005, p. 46) relembra o caráter relacional da construção identitária: “A produção de identidade do ‘forasteiro’ tem como referência a identidade do ‘habitante do local’”. E, de acordo com a teoria saussuriana, as oposições binárias são a forma mais extrema de marcar a diferença. Segundo a filosofia pós-moderna, com Jacques Derrida como nome representativo, haverá, necessariamente, um desequilíbrio de poder entre os elementos dessa dicotomia. No conto “Chasque do Imperador”, por exemplo, um dos mais regionalistas da obra, o Barão conversa com o Imperador Pedro II, deixando bem clara a superioridade do tipo gaúcho: “Tudo isto é indiada coronilha, criada a apoio, churrasco e mate amargo...Não é como essa cuscada lá da Corte, que só bebe água e lambe a barriga” (LOPES NETO, 2001, p. 58). De um lado está o gaúcho, exemplo de conduta, e no outro extremo todos os outros: “um é a norma e o outro é o ‘outro’ – visto como ‘desviante ou de fora’” (WOODWARD, 2005, p. 51).

É o que anunciam os “Artigos de Fé”, uma espécie de código ético memorizado pelo narrador. Dentre eles, chamam a atenção pelo menos dois, resgatando respectivamente o laço afetivo entre homem e animal e a relação de coisificação da mulher: “Fala ao teu cavalo como si fosse à gente”; “Mulher, arma e cavalo de andar, nada de emprestar” (LOPES NETO, 2001, p. 112). Zilberman (1992, p. 50) condensa essa problemática:

Os valores vividos comunitariamente sustentam a unidade entre os homens, destacando-se a coragem, a disponibilidade para a luta e o desejo de liberdade. Este último atributo configura um ideal – o da vida independente, seja enquanto indivíduo, justificando por que o gaúcho é um homem sem família ou laços afetivos, seja enquanto cidadão, na medida em que o herói está sempre disposto a participar de conflitos armados que tenham como bandeira a manutenção da autonomia política.

E a formação de uma identidade atua como marco de referência imaginária que se define pela diferença. É uma construção simbólica de pertencimento, que depende de

algo fora dela para se autoconceituar. Então, é preciso definir os outros para saber quem se é, o que acontece em vários dos contos, nos quais os estrangeiros são rechaçados. O uso de certos traços culturais para marcar uma identidade específica acaba delimitando as fronteiras entre um grupo e outro: os de dentro e os de fora. Como aborda Pesavento (1999, p. 124): “Identidade e alteridade trabalham entre si pela metáfora do espelho, onde a designação e a qualificação do ‘outro’ é um dizer de si mesmo”. É claro que dentro de uma denominação em comum – o gaúcho –, em que semelhanças definem quem pertence ao grupo, as diferenças são amenizadas e/ou anuladas. Assim, o conceito de identidade, pelo viés essencialista, pode encobrir diferenças, sejam de classe, sejam de gênero e/ou etnia. Nos *Contos*, por exemplo, essas relações não são levadas em conta.

As características (escolhidas) que demarcam um determinado grupo étnico, conforme Fredrick Barth (1998, p. 194), são de duas ordens, as quais permitem os processos de identificação, uma maneira de localizar-se socialmente:

1. sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. Desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade.

Os critérios são tanto de inclusão quanto de exclusão, pois ao passo que identificam o grupo, o distinguem dos demais. E nos “Artigos de fé”, essas categorias são acionadas, já que pelos “conselhos” Blau ensina como viver, de acordo com o que aprendeu: “Muita gente anda no mundo sem saber pra quê: vivem, porque vêm os outros viverem. Alguns aprendem à sua custa, quase sempre já tarde pra um proveito melhor. Eu sou desses” (LOPES NETO, 2001, p. 112).

Esse tipo social, o gaúcho simples do pampa, como Blau, é ideal porque portador de valores que organizam um universo em particular. Chaves (2001, p. 137) afirma que essa sociedade “assume a valentia, a coragem pessoal e a afirmação da masculinidade como valores éticos”. Mas essas personagens idealizadas pertencem ao passado, ao qual

Blau recorre na narrativa. Por isso são relatados os feitos de Juca Guerra, Lessa, Reduzo, Juca Picumã etc.

aquelas personagens que detêm o poder e a propriedade só importam secundariamente para o deslinde da ação; e, ao contrário, aquelas que estão sob tutela e mando dos poderosos tornando-se indispensáveis, protagonizam o mundo revelado e encarnam os valores contemplados no universo imaginário ora verbalizado pelo narrador (CHAVES, 2001, p. 197).

Todavia, Chaves (1994, p. 44) ressalta que “além do tipo humano (o gaúcho) prevalece o indivíduo em sua humanidade.” No mesmo caminho segue a crítica de Augusto Meyer (1943, p. 144), para quem resulta difícil classificar a obra em termos de categorias literárias:

Em última análise, dentro dessa obra regional – ou regionalista – não é só o tipo característico de uma determinada região que aparece, mas o homem de sempre, já tão complexo na sua feição de primitivo, tão vulnerável e ameaçado, na aparência de forte, às vezes triste vítima do destino.

Com relação à linguagem, Guilhermino César (1971, p. 329) chama a atenção para a riqueza vocabular: “Simões Lopes parece ter desenterrado um léxico perdido de há muito no chão da campanha; pôs na boca do peão cousas esquecidas; ressuscitou termos; expressões e modismos do tempo em que as fronteiras do Sul oscilavam dia a dia, conforme a estrela das armas portuguesas ou castelhanas”. Não obstante, o grande mérito da obra foi atribuir a voz na narrativa tão-somente a Blau Nunes, o vaqueiro de fala regional, de 88 anos, o que confere verossimilhança à obra, posto que lança mão da autoridade da testemunha. Chaves (2001, p. 284) comenta o processo, intensificado posteriormente em João Guimarães Rosa, já que é por meio da linguagem que novos significados são forjados.

Na ficção simoniana a representação mimética do real inclui sua própria ultrapassagem porque a apropriação das sugestões regionalistas e do vocabulário regional deixou de ser ornamento retórico ou mera transcrição documentária para tornar-se o ato fundamental da construção do mundo pela linguagem.

Aqui há outra pista na tentativa de classificação da obra para além dos limites regionais: existe a criação de um novo mundo, ancorado nos elementos locais, mas que não

depende deles. Chaves (2001, p. 263) prossegue, enfatizando a riqueza literária de Simões, que vai do plano descritivo ao simbólico, pois há: “transcrição do elemento realista diretamente copiado do espaço circundante para logo torná-lo um motivo autônomo do discurso literário, cujo suporte é a metáfora, núcleo da linguagem simbólica”. E por meio desta é possível “totalizar e englobar, não o diagnóstico da particularidade regional mas a compreensão do humano” (CHAVES, 2001, p. 266). A descrição e a comparação tornam-se insuficientes quando é preciso caracterizar os olhos de Tudinha, em “Negro Bonifácio”: “pareciam olhos que estavam sempre ouvindo...ouvindo mais que vendo...olhos de veado-virá” (LOPES NETO, 2001, p. 23). Surge a mesma necessidade ao caracterizar o olhar feminino em “Duelo de Farrapos”: “e olhava pra gente, como o sol olha pra água: atravessando!” (LOPES NETO, 2001, p. 100).

Sobre este conto, de fundo histórico, Chaves (2001, p. 152) ressalta que “Não foi inserido aí o histórico porque Simões Lopes Neto pretendesse transcrever os fatos inscritos numa determinada tradição e sim porque, abrangendo uma noção do homem e das situações-limite da existência, teria de alcançar igualmente a problematização da História”. Nesse sentido, vale lembrar as ricas relações de interface entre Literatura e História. Por se tratar de texto literário, há uma transfiguração da realidade, não espelhamento. A Literatura focaliza o drama particular, não reflete a sociedade, mas carrega as questões sócio-político-econômicas: “E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. A História se confunde com a história. A realidade histórica é mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade” (VELLOSO, 1988, p. 241). É novamente Chaves (2004, p. 12) quem auxilia a compreender a relação de interface: “A Literatura não é a História; no entanto, ao nascer numa dada circunstância, implica sempre uma referência à História. A sua problemática essencial reside justamente aí; está na distinção entre a circunstância e a *historicidade* do texto, que a ultrapassa para desenhar uma *visão de mundo*”.

Outro conto comumente comentado em função do caráter histórico é o “Anjo da Vitória”, entretanto aqui a solidão da criança, que perde seu padrinho, pode ser lida como o enfoque. É o relato da fase de transição, em que morre o menino para nascer o homem. Assim, o conto remete a um determinado contexto, facilmente identificável em

função das referências deixadas pelo narrador, mas o elemento central transcende esse contexto que o origina.

Além disso, mais um ponto merece destaque, como faz Meyer (1943): o pelotense culto, o autor Simões, apaga-se na sombra do vaqueano, narrador absoluto da história. Isso porque é a visão deste que conduz toda a narrativa, como já citado. Pelo poder de criação, ele ocupa uma posição tanto mítica quanto poética. O jovem interlocutor que acompanha Blau nessa viagem pela memória é instruído em diversos momentos, pois não compreende o universo narrado, já que não é daquele tempo. Porém, as perguntas que faz ficam implícitas, afinal a voz só pertence ao narrador: “Vancê não sabe o que é inhatium?” (LOPES NETO, 2001, p. 82); “Si o negro era maleva? Cruz!” Era um condenado!... mas, taura, isso era, também!” (LOPES NETO, 2001, p. 23).

Ao refletir sobre o romance histórico *A ferro e fogo* (1972), de Josué Guimarães, Barbieri (1997, p. 35) compara o tratamento do regional do autor – que não se circunscreve ao regionalismo limitador, por manter uma tensão dialética entre o local e o supralocal – ao de Simões Lopes Neto, retomando a questão da linguagem e equiparando-os no que tange à “ruptura do imanentismo regionalista”:

Simões Lopes rompeu o cerco do regionalismo de dentro do regionalismo. Trabalhando não só o modo de viver mas, igualmente, o modo de dizer do gaúcho típico dos pampas, Simões verticalizou a sua inquirição regionalista de modo a fazer aflorar em seus textos motivos transregionais sem, em nenhum momento, perder o colorido da regionalidade. É como se Simões, perfurando com instrumento lingüístico percuciente as camadas das tradições e dos mitos gauchescos, tivesse feito sangrar do subsolo regionalista veios que dele transbordam. [...] Simões afirmando-se de maneira nova, desgasta por dentro o próprio regionalismo. Não basta dizer que faz um regionalismo diferente. Ele rompe com os limites que confinam a literatura regionalista no círculo estreito de seus maneirismos e sestros.

Mais especificamente quanto à representação espaço-temporal, os relatos retomam acontecimentos na Região da Campanha. Entretanto, Chaves (1994, p. 224) alerta: “Não interessa tanto o lugar mas o ‘sinal’ que o reveste de significação particular e permite nomeá-lo”. A descrição da natureza, por exemplo, praticamente é feita em função das situações-limite, como se pode ver no conto “No manantial”: “Mas, onde quero chegar: vou mostrar-lhe, lá, bem no meio do manantial, uma cousa que vancê nunca pensou ver;

é uma roseira, e sempre carregada de rosas...” (LOPES NETO, 2001, p. 29). Zilberman (1992, p. 54) confirma tal interpretação:

Em vez de ser matéria de uma descrição à distância por um narrador estranho ao ambiente, a paisagem é uma extensão da personalidade do herói ou do sentimento da história, como em *Trezentas Onças*. Além disto, ao estabelecer um trânsito entre o meio e o ser humano, Simões Lopes não admite qualquer superioridade do primeiro sobre o segundo, evitando a perspectiva determinista, condenada por Lúcia Miguel-Pereira, quando examina o todo da produção regionalista brasileira. Com Simões Lopes, a natureza adquire dimensão mítica, revelando a presença de uma mentalidade primitiva, coerente com circunstância de onde provêm os heróis da narrativa.

Há retorno ao passado, no contexto da Revolução Farroupilha, na formação do Rio Grande do Sul e até mesmo na prática de contrabando. Haja vista a história de “Contrabandista”, um conto extremamente simbólico, em que Jango Jorge vai buscar o enxoval da filha, o qual, indispensável ao casamento, gera a expectativa da espera. No entanto, chega ensanguentado, e o choro rompe na casa. Há uma breve descrição do fato histórico: “Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões. Naqueles tempos o que se fazia era sem malícia, e mais por divertir e acoquinar as guardas do inimigo” (LOPES NETO, 2001, p. 88). Mas esse recurso, o voltar ao passado remoto, atua tanto na construção do mito quanto do desgosto em relação ao presente: “Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles divisas nem cercas” (LOPES NETO, 2001, p. 123). Arendt (2003, p. 115) explica:

De um modo geral, observa-se que o mundo representado em *Contos gauchescos* e *Lendas do Sul* é visivelmente antitético, maniqueísta, contrapondo duas situações ou dois elementos, como o Rio Grande antigo e o moderno, o Rio Grande e o Prata, o homem e a mulher, o herói e o anti-herói, o bom e o mau, sendo que um deles sempre se sobrepõe ao outro, preferencialmente aquele que privilegia usos e costumes do Rio Grande antigo.

Sobre a fundação mítica, o gaúcho aparece como fundador do território, razão pela qual o seu estilo de vida passa a ser o padrão, inclusive para os outros grupos que se estabelecem na região, principalmente em relação às correntes migratórias. Chaves (1990) relembra que Simões recolhe essa narrativa do substrato popular (*Cancioneiro guasca*, 1910).

Ao focar a construção da identidade nacional no contexto brasileiro, Pesavento (1999, p. 126) resgata a noção desse mito, que busca uma unidade de origem:

A indagação sobre o mito das origens é, por assim dizer, uma questão eterna, que todas as sociedades colocaram para si mesmas e ensaiaram respostas. A visão da gênese assume a forma mítica, que é a da narrativa que explica e revela, operando com a crença e a verossimilhança, que portam o *status* de veracidade consentida e partilhada. Como representação que veicula uma memória não-vivenciada, mas socialmente sancionada, dotada de alta positividade, o mito das origens se encontra na base da idéia de nação.

E ela acrescenta o valor do “herói” nessa construção, no discurso que forja a história: “Uma nação tem que edificar marcos de referências onde ancorar o processo, sempre seletivo e paradigmático, de evolução do passado. Assim, é preciso apontar fundadores, ancestrais da nação, heróis, fatos, sítios, monumentos, datas remarcáveis” (PESAVENTO, 1999, p. 127).

Entretanto, o caráter mítico da narrativa, tanto em relação à natureza quanto à fundação do território, opera de forma dialética, de acordo com Zilberman (1992, p. 55):

a mitificação do espaço e dos objetos que fazem parte dele explica a universalidade atribuída ao lugar da ação; esta, assim, se ‘desgeografiza’, e os Contos Gauchescos não se tornam um panegírico do Rio Grande do Sul. Mas, pela mesma razão, eles promovem a superioridade do homem sul-riograndense.

Após essa série de considerações, é viável caracterizar uma possível dimensão mais universal do regional, entendendo-se o universal como uma categoria que remete ao supralocal, a algo que transborda o contexto em que surgiu, não como algo universalmente válido. Como os contos não se reduzem à descrição de paisagens, acontecimentos históricos e tipos sociais – o que teria caráter meramente documental –, ultrapassam o regionalismo. Isso se dá de forma metonímica, pois o particular leva ao universal, e a parte “se apresenta como imagem do todo” (POZENATO, 2009, p. 22). Então, a inovação de Simões não está exatamente na temática e no substrato histórico, já abordados por uma forte tradição regionalista sulina, mas sim na forma de expressão e no enfoque.

Para Chaves (2001), as situações-limite têm importância fundamental nesse processo. Ele exemplifica com a tragédia moral de Blau no conto “Trezentas onças”, quando este, agora convertido em personagem, pensa em suicídio para não ser acusado de ladrão, mas a natureza ao redor o chama para a vida. Também é possível refletir sobre a ambiguidade do comportamento humano, visto que o caráter de Tudinha e do negro Bonifácio, por exemplo, é carregado de dualidade. Como resultado, há a ultrapassagem também do espaço da região e do tempo histórico. A atenção, como fica evidente, é voltada à ação dos indivíduos: “o regionalismo simoniano não se esgota na representação mimética do espaço regional; inclui a condição problemática do homem, impondo os meios de sua própria expressão” (CHAVES, 2001, p. 18).

O autor ainda aprofunda outros aspectos que universalizam a obra. A natureza, por exemplo, não é enaltecida pela descrição exaustiva, uma constante entre os regionalistas. Pelo contrário, ela aparece como um espaço de reafirmação da vida, mitificada. Basta analisar o que representa a roseira de “No manancial”: símbolo de vida sufocada pela violência e destruição. É como se Maria Altina continuasse viva, mas sob nova forma. O lugar fica mal-assombrado, afinal ninguém consegue se aproximar, pois o manancial defende a roseira. “Boiava a rosa que se soltara dos cabelos da cobiçada no momento em que ela entrava pela morte a dentro, dentro do lodaçal...” (LOPES NETO, 2001, p. 34). Chaves (1990, p. 236) comenta que continua a “referência direta ao objeto (a roseira – centro geográfico do manancial) mas transita para a instauração do *motivo mítico* que beira a universalidade (a roseira – árvore da vida). Dessa maneira, através do mito da natureza, há a ultrapassagem de uma descrição regional, por meio da linguagem simbólica”.

Além disso, o natural possui caráter premonitório, ficando claramente estabelecida a ligação com o homem. No dia da tragédia, no conto supracitado, ele anuncia o drama: “Vancê acredita?... os pica-paus choraram muito nas tronqueiras do curral e nos palanques... [...] e a Maria Altina achou no quarto, entre a parede e a cabeceira da cama uma borboleta preta, das grandes, que ninguém tinha visto entrar...” (LOPES NETO, 2001, p. 33). Também se deve destacar a animalização do homem e a humanização do animal. Como exemplo desta, em “O boi velho”, “o boi berrava de saudades do companheiro e chamava-o, como no outro tempo, para pastarem juntos” (LOPES

NETO, 2001, p. 48). E a dimensão mítica também é encontrada no relato de fundação do Rio Grande do Sul, como já citado.

O cenário regional aí está, oferecendo invariavelmente a sugestão para todos os regionalistas [...]. Mas só aqui, na linguagem de Simões Lopes Neto, constitui verdadeiramente um mito – o mito da natureza e da epifania do mundo natural, gerado na impugnação ao presente histórico que se degradou em violência e dominação, orientando assim uma inteira concepção da existência e a fundação do imaginário (CHAVES, 1990, p. 285).

Em *Matéria e invenção* (1994, p. 16), Chaves sintetiza o lugar de Simões na literatura regionalista:

O discurso simoniano ultrapassa, portanto, o mero localismo pitoresco e, na sua abrangência, engloba a tradução de um código ético, o testemunho histórico, a revelação psicológica. No fundo de tudo isto reside o substrato folclórico, a utilização literária da fala dialetal, sempre confrontando o homem e a natureza, infundindo uma qualidade simbólica ao mundo imaginário. No resultado final encontramos um desses raros momentos em que o regionalismo brasileiro se desprende do simples documentário para beirar o território do mito.

Na mesma esteira, encontram-se as reflexões em torno do ser humano, todas pertencentes a Blau Nunes. Os fatos particulares – conflitos vividos, contados ou até presenciados pelo narrador – levam a teses gerais, num processo indutivo de raciocínio. Dentre estas, destacam-se os juízos de valor a respeito da mulher, já que em muitos casos é quem origina situações-limite, como em “Duelo de Farrapos”: “Rabo-de-saia é sempre precipício para os homens” (LOPES NETO, 2001, p. 99). O mesmo se pode ver em “O negro Bonifácio”: “Ah! mulheres!... Estancieiras ou peonas, é tudo a mesma coisa... tudo é bicho carboteiro...; a mais santinha tem mais malícia que um sorro velho!...” (LOPES NETO, 2001, p. 28). E também a animalização do homem, como fica claro em “O boi velho”: “É bicho mau, o homem! Conte vancê as maldades que nós fazemos e diga si não é mesmo!...” (LOPES NETO, 2001, p. 47).

As classificações dos autores em categorias, criadas muitas vezes por fins meramente didáticos, tornam-se um verdadeiro desafio em se tratando de obras mais complexas. Nesse contexto, encontra-se Simões, como bem lembra Pozenato (2009, p. 64): “é evidente o mal-estar da crítica quando o tenta aproximar de uma ou outra moda literária: é romântico? É realista? É regionalista?”

Fica evidente, então, a necessidade de revisão do que comumente é denominado de regionalismo, muito em função da maneira como a crítica literária o define. Simões Lopes Neto se enquadraria nele? Coutinho (1969, p. 234) aborda tal questão: “Do simples localismo ao largo regionalismo literário, há vários modos de interpretar e conceber o regionalismo”. Este autor, ao comentar a vertente literária que denomina de “provincianismo”, analisa as prováveis contribuições de um regionalismo por assim dizer autêntico, em consonância, no que tange à possível universalidade, às contribuições de Pozenato (2003, p. 239):

Em todos os tempos, e ainda em nossos dias, os focos locais atuam como fontes fecundas de cultura, de variedade, de estímulos espirituais e artísticos. A literatura, no Brasil, fenece – ou os escritores – sempre que se distancia daquelas fontes locais. Por outro lado, é através do particular que a arte atinge o geral, do individual que se alarga o humano. É o que afirma André Gide, acentuando: ao particularizarem-se é que os grandes artistas criadores alcançam uma comum humanidade profunda. Comentando esse pensamento de Gide, o crítico espanhol José Bergamin cita, para confirmar essa filosofia da universalidade através do regional e do individual, um brocado espanhol que resume tudo: “*El patio de mi casa es particular; cuando llueve se moja como los demás*”.

Diante disso, parece mais coerente ressaltar que o texto é de caráter regional, não regionalista, como frequentemente é classificado, entendendo-se o regionalismo como conceito mais limitador. O próprio Candido (2000, p. 159) esboça a inconsistência desse termo:

O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido. Mas de um certo ângulo talvez não se possa dizer que acabou; muitos dos que hoje o atacam, no fundo o praticam.

Para esse autor (CANDIDO, 1964), no regionalismo o humano cede lugar ao pitoresco. Isso porque o homem aparece como peça da paisagem, ambos envoltos em uma atmosfera exótica. É como se ao autor, em posição de turista, só chamasse a atenção o diferente, matéria-prima da narrativa. Faltaram ao estilo literário as pesquisas psicológicas, tão presentes em Machado de Assis, por exemplo.

Na mesma linha segue a definição de Miguel-Pereira (1988), para quem o escritor regionalista confere demasiada importância ao particular, ao local e ao pitoresco, em

detrimento do universal, do humano e do psicológico, respectivamente. Ou seja, há primazia da região sobre o homem: “é esse o grande risco do regionalismo: a absorção do homem pelo grupo, do elemento psicológico pelo social” (MIGUEL-PEREIRA, 1994, p. 51). Então, na contracorrente, “O regionalismo, como expressão literária, requer do autor que, permanecendo ao ambiente local pela sensibilidade, o transcenda intelectualmente. Do contrário, confundir-se-á com o folclore” (p. 50). De acordo com a autora, devido ao substrato humano, Simões “sobe muito acima do âmbito forçosamente restrito ao regionalismo” (MIGUEL-PEREIRA, 1988, p. 218). Acrescenta-se a isso o fato de não haver deslumbramento do civilizado perante o primitivo, já que a voz pertence a este, não a aquele. Aqui, não há turista contemplando a paisagem regional. Na visão da autora, a ficção vai contra essa vertente, visto que

parte em regra do particular para o geral, isto é, vê *um* homem em seu meio – ou contra o seu meio – mas vê também *o* homem, alguém que por suas reações mais profundas se irmana, por sobre as diversidades de expressão, aos outros seres; interessa-se pelos indivíduos especificamente, porém na medida em que se integram na humanidade (MIGUEL-PEREIRA, 1994, p. 176).

Seriam integrantes da humanidade as personagens simonianas ou meras caricaturas regionais? Se elas vivem em meio a situações-limite, como coloca o já citado Chaves, não há como negar sua dimensão humana. E tais conflitos, visto que comuns ao contraditório homem, aconteceriam em qualquer parte do mundo, até mesmo em qualquer época. É claro que, aqui, deve-se relativizar a noção de universal, afinal mesmo o drama humano fica submetido a aspectos culturais, o que lhe atribui possíveis variações. O que certamente mudaria seria o pano de fundo, que em Simões constitui-se em um ambiente gauchesco, no fim do século XIX, na região da Campanha. Nesse sentido, por tratar-se de um texto carregado de regionalidade, alcança uma ampliação de significado e, como consequência, a permanência no tempo. Não se prende ao lugar e ao momento que o localizam. Ou seja, tal drama humano permite a construção de sentido pelo leitor, independentemente de este conhecer a vida do gaúcho, esta personagem histórico-literária.

Numa tentativa de localização da importância literária que pode ter a produção regionalista, Miguel-Pereira (1988, p. 215) coloca que: “é pela sua capacidade de, lidando com elementos locais, atingir o universal, que se mede o seu valor; o que

importa não é que os nativos se reconheçam no retrato, mas que o retrato impressione aos que ignoram os modelos, faça-os penetrar num mundo novo”. Assim, a obra produz uma representação de um determinado mundo, convidando o leitor a conhecê-lo.

Antes de comentar as peculiaridades do texto simoniano, como a relação homem-bicho e os preceitos morais de conduta do homem do campo, Miguel-Pereira já deixa claro o lugar do autor na produção regionalista brasileira: “embora seja a de linguagem mais dialetal, a obra de Simões Lopes Neto, porque rica de substrato humano e sólida na sua textura, é a mais sugestiva do nosso regionalismo. Não é preciso ser gaúcho para sentir-lhe a poesia” (MIGUEL-PEREIRA, 1988, p. 216).

E para Pozenato (2009, p. 76), que considera Simões o fundador da literatura sul-riograndense, não se pode enquadrar este escritor na classificação abordada, já que: “constrói sua obra à margem de toda programação, com seus postulados ideológicos e estéticos.” Por ultrapassar a função de documentário e criar um novo mundo, encontra seu lugar na história da literatura.

No estudo detalhado de Chaves, Simões aparece como divisor de águas no regionalismo, justamente por ultrapassar o localismo pitoresco. Os aspectos regionais estão presentes, como em qualquer outra obra de mesma temática, porém aqui são contemplados como pano de fundo. O regionalismo, se considerada a definição tradicional do conceito, possui limites muito estreitos para delimitar a obra simoniana.

Por fim, para Meyer (1943), a obra configura uma “tensão entre geral e particular, regional e universal”. O interesse psicológico predomina, já que há um enfoque em dramas universais, que correspondem a situações-limite na crítica de Chaves (2001). Destarte, a ideia de literatura madura para Candido (1964), aquela que permite vislumbrar em nós mesmos e nos outros homens certos abismos, parece abarcar Simões, visto que o drama humano é o cerne da narrativa. Marcados por “verdade humana”, nas palavras de Chaves, os contos transcendem o local, e a multiplicidade da obra é evidente, lembrando Coutinho (1969, p. 305): “o momento histórico e a natureza, o acessório e o universal, a nota pitoresca e o substrato humano equilibram-se com parcelas de um só todo”.

O discurso regionalista indubitavelmente opera na construção de identidade, até porque uma região só se constrói em confronto com outras regiões. Essa dimensão é visível em Simões, todavia pretendeu-se demonstrar que a obra não se encerra nela. Dentre as opções de representação literária, é possível construir uma narrativa ancorada nos aspectos regionais ou, então, totalmente alheia a eles, sem marcas que a localizem no espaço e no tempo. Simões parece escolher o caminho do meio, tal qual aconselharia Aristóteles, sem beirar o demasiado documental, mas estabelecendo marcas regionais. Chaves (2001, p. 17) sintetiza: “O dado fundamental para a interpretação da obra simoniana não é a sua inclusão no regionalismo mas o fato de que, incorporando-o, tenha conseguido dialeticamente ultrapassá-lo para expressar uma visão de mundo”.

Por conseguinte, pode-se considerar a obra como regional por embasar-se em elementos que operam na particularização de uma determinada região, entretanto seu valor literário não reside somente aí, ou melhor, essa é uma das possíveis leituras, não a única. Parece mais clara agora a afirmação de Pozenato (2003, p. 587): “a existência de uma rede de relações de tipo regional, num determinado espaço ou acontecimento, não as reduz a espaços ou a acontecimentos puramente regionais. Serão regionais enquanto vistas em sua regionalidade”.

Em suma, os autores aqui mais amplamente enfocados, Chaves, Meyer, Pozenato e Miguel-Pereira, situam Simões Lopes Neto em um patamar diferenciado ao abordar o regionalismo, visto que a presença da condição humana (e suas contradições) faz a obra simoniana transcender as fronteiras da classificação supracitada. E, dentre eles, Pozenato é quem tentar definir as bases da regionalidade e permite uma possível classificação do autor aqui analisado. Tal conceito, mais amplamente esboçado neste estudo, permite pensar esta e outras obras aparentemente assentadas somente em temáticas regionais, representando, dessa forma, uma ampliação do olhar sobre o texto literário, afinal cabe ao leitor a construção dos possíveis sentidos.

Referências:

- ARENDRT, João Cláudio. O imaginário social em João Simões Lopes Neto. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, jul./dez. 2003.
- BARBIERI, Therezinha. Colonização a ferro e fogo. In: REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. 2. ed. rev. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Matéria e invenção: ensaios de literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- CHAVES, Flávio Loureiro. A história vista pela literatura. In: _____. *Cultura regional: língua, literatura e história*. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul: 1737-1902*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968-1971.
- LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MEYER, Augusto; CHAVES, Flávio Loureiro. *Prosa dos pagos*. 4. ed. Porto Alegre: IEL, 2002.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Escritos da maturidade: seleta de textos publicados em periódicos (1944-1959)*. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 123-133, 1999.
- POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: _____. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa>.

gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MonicaVeloso_Literatura_espelho_nacao.pdf.
Acesso em: 10 ago. 2010.

WOODARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

Recebido em 31/03/2011
Aprovado em 04/05/2011